

AMANDA ATHAYDE
JÚLIA MARSSOLA
MARIA AUGUSTA VIEGAS
VICTOR LEITE

DEFESA COMERCIAL E DIREITO SOCIETÁRIO

PARTES RELACIONADAS EM INVESTIGAÇÕES

ANTIDUMPING

PREFÁCIO
ANA FRAZÃO
APRESENTAÇÃO
VICTOR LUIZ DO PRADO

FORUM

Coordenadores

Amanda Athayde
Júlia Marssola
Maria Augusta Viegas
Victor Leite

Prefácio

Ana Frazão

Apresentação

Victor do Prado

DEFESA COMERCIAL E DIREITO SOCIETÁRIO

Partes Relacionadas em Investigações Antidumping

Este livro propõe um inédito diálogo entre defesa comercial e direito societário. Investiga-se de que forma noções como controle, influência significativa e/ou relevante, podem colaborar para uma melhor compreensão do fenômeno do relacionamento entre as partes (empresas e/ou indivíduos) em investigações antidumping. A obra apresenta um panorama do conceito de partes relacionadas em investigações antidumping no âmbito multilateral (Acordo Antidumping da OMC), em jurisdições estrangeiras e no Brasil (Decreto nº 8.058/2013), discutindo normativas e precedentes relevantes. Também são apresentados os impactos materiais e processuais da existência de partes relacionadas em cada uma das etapas de uma investigação antidumping: no conceito de indústria doméstica e na admissibilidade de uma petição de investigação antidumping; no cálculo da margem de dumping; nos indicadores do dano e nos preços do produto similar no mercado brasileiro (subcotação); na determinação final de aplicação de uma medida antidumping; e nos desdobramentos processuais após a aplicação de uma medida antidumping. Como resultado, o livro apresenta uma provocativa correlação entre as hipóteses de caracterização de partes relacionadas em defesa comercial e conceitos do direito societário, avaliada à luz dos precedentes brasileiros sob o tema nas investigações antidumping originais conduzidas entre 2013 e abril de 2020.

Área específica

DIREITO EMPRESARIAL

Áreas afins

DIREITO DO COMÉRCIO
INTERNACIONAL. DIREITO SOCIETÁRIO.
DIREITO EMPRESARIAL

Público-alvo/consumidores

PROFISSIONAIS E ACADÊMICOS EM
DIREITO, ECONOMIA, RELAÇÕES
INTERNACIONAIS, COMÉRCIO EXTERIOR
E ÁREAS CONEXAS, COM INTERESSE
ESPECIAL EM DEFESA COMERCIAL
E INTERESSE PÚBLICO.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10003091

D313 Defesa comercial e Direito Societário: partes relacionadas em investigações antidumping / Amanda Athayde.. [et al.].– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

264 p; 14,5cm x 21,5cm

ISBN: 978-65-5518-259-0

1. Direito Internacional Público. 2. Direito do Comércio Internacional. 3. Direito Societário. I. Athayde, Amanda. II. Marssola, Júlia. III. Viegas, Maria Augusta. IV. Leite, Victor. V Título.

CDD 342.2

CDU 347.7

Amanda Athayde é Professora Doutora Adjunta de Direito Empresarial na UnB, bem como de Direito Concorrencial, Comércio Internacional e Compliance. Doutora em Direito Comercial pela USP. Bacharel em Direito pela UFMG e em Administração de Empresas com habilitação em Comércio Exterior pela UNA. Ex-Aluna da Université Paris I – Panthéon-Sorbonne. Autora de dois livros e de diversos artigos acadêmicos e de capítulos de livros na área de Direito Empresarial, Direito da Concorrência, Direito Econômico, Comércio Internacional, Acordos de Leniência e Defesa Comercial. Servidora pública de carreira do Executivo Federal. Analista de Comércio Exterior, tendo atuado na negociação de acordos internacionais para cooperação e facilitação de investimentos (ACFIs). De 2013 a 2017, foi cedida para atuar como Chefe de Gabinete da Superintendência-Geral do Cade e Coordenadora do Programa de Leniência Antitruste. Em 2017, foi cedida para atuar como Chefe de Gabinete do Ofício do MPF junto ao Cade. Em 2019, tornou-se Subsecretária de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM) da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia. Cofundadora da rede Women in Antitrust (WIA). Mãe do Pedro (2018) e do Lucas (2020).

* Este texto expressa única e exclusivamente as opiniões pessoais da autora e não possui ligação com as instituições a que ela está vinculada profissionalmente.

Júlia Marssola é Doutoranda em Direito do Comércio Internacional pela KU Leuven. Mestra em Direito Internacional Econômico pela Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne. Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). É autora do livro *Acordos internacionais de investimentos no Brasil*, de diversos artigos científicos e de capítulos de livros em direito do comércio internacional, direito da concorrência e investimentos. Advoga nas áreas de defesa comercial e direito da concorrência. Acumulou experiência internacional, tendo atuado em Brasília, Paris e Bruxelas.

Maria Augusta Viegas é Advogada atuante em assuntos concorrenciais e regulatórios em setores de infraestrutura. Pós-Graduada em Direito Administrativo pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Graduada em Direito pela Universidade de Brasília (UnB).

Victor Leite é Doutorando em Direito (*Juris Doctor*) pela Pennsylvania State University Law School. Mestrando em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Pós-Graduado em Direito Econômico e Defesa da Concorrência pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Bacharel em Direito e em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Servidor público de carreira do Executivo Federal, Analista de Comércio Exterior, lotado na Subsecretária de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM) da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia, atualmente licenciado para doutorado no exterior. Já atuou como Assessor da Presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Ana Frazão	11
APRESENTAÇÃO	
Victor Luiz do Prado	15
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1.....	29
1 Partes relacionadas na legislação multilateral e estrangeira ..	29
1.1 Partes relacionadas no sistema multilateral de comércio – OMC	29
1.1.1 Partes relacionadas nos termos do Acordo Antidumping da OMC.....	30
1.1.2 Jurisprudência do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC sobre partes relacionadas em investigações antidumping	34
1.1.3 A iniciativa dos <i>Friends of Antidumping</i> (FANs) sobre partes relacionadas em investigações antidumping	40
1.2 As partes relacionadas nos termos da legislação antidumping dos Estados Unidos	47
1.3 As partes relacionadas nos termos da legislação antidumping da União Europeia	53
1.4 As partes relacionadas nos termos de demais legislações antidumping	58
1.4.1 As partes relacionadas nos termos da legislação antidumping do Canadá	59
1.4.2 As partes relacionadas nos termos da legislação antidumping da Austrália	61
1.4.3 As partes relacionadas nos termos da legislação antidumping da Índia.....	64
1.4.4 As partes relacionadas nos termos da legislação antidumping da China	66
Conclusão do Capítulo 1.....	69
CAPÍTULO 2.....	71
2 Partes relacionadas na legislação brasileira (arts. 14 e 35 do Decreto nº 8.058/2013)	71
2.1 Critérios legais para caracterização de partes relacionadas nos termos do art. 14 do Decreto nº 8.058/2013	73
2.2 Critérios legais para caracterização de partes relacionadas nos termos do art. 35 do Decreto nº 8.058/2013	80
Conclusão do Capítulo 2.....	85
CAPÍTULO 3.....	87
3 Partes relacionadas e suas repercussões materiais e processuais na investigação antidumping	87
3.1 Partes relacionadas no conceito de indústria doméstica e seus efeitos na análise de admissibilidade de uma petição de investigação antidumping	90
3.2 Partes relacionadas na análise de uma investigação antidumping: impactos no cálculo da margem de dumping.....	100

3.2.1	Partes relacionadas e suas repercussões no cálculo do valor normal para fins de definição da margem de dumping em uma investigação antidumping.....	102
3.2.1.1	Partes relacionadas e suas repercussões no custo de produção e no cálculo do valor normal para fins de definição da margem de dumping em uma investigação antidumping	106
3.2.1.2	Partes relacionadas e suas repercussões nas vendas do produto similar no cálculo do valor normal para fins de definição da margem de dumping em uma investigação antidumping	111
3.2.2	Partes relacionadas e suas repercussões no cálculo do preço de exportação para fins de definição da margem de dumping em uma investigação antidumping	115
3.2.2.1	Da reconstrução do preço de exportação decorrente do relacionamento entre produtor e exportador a partir do preço de venda de um exportador relacionado ao primeiro comprador independente.....	119
3.2.2.2	Da reconstrução do preço de exportação decorrente do relacionamento entre produtor e importador a partir do preço de revenda no Brasil do importador relacionado.....	121
3.2.3	Partes relacionadas e suas repercussões na apresentação de dados e de informações pelas partes interessadas relacionadas ao exportador	123
3.3	Partes relacionadas na análise de uma investigação antidumping: impactos nos indicadores de dano e os efeitos sobre os preços do produto similar no mercado brasileiro (subcotação).....	129
3.3.1	Partes relacionadas na análise de uma investigação antidumping: impactos nos indicadores de dano	130
3.3.2	Partes relacionadas na análise de uma investigação antidumping: efeitos sobre os preços do produto similar no mercado brasileiro (subcotação).....	136
3.4	Partes relacionadas e as repercussões na determinação final de aplicação da medida antidumping.....	138
3.4.1	A aplicação da medida antidumping para todo o grupo empresarial exportador em casos de partes relacionadas	139
3.4.2	Eficácia dos compromissos de preços em casos de partes relacionadas	144
3.5	Partes relacionadas na análise dos desdobramentos processuais após a aplicação de uma medida antidumping	149
3.5.1	A revisão anticircunvenção em casos de partes relacionadas	149
3.5.2	A revisão de novo exportador em casos de partes relacionadas	154
3.5.3	A revisão de restituição em casos de partes relacionadas	155
	Conclusão do Capítulo 3.....	157
	CAPÍTULO 4.....	159
4	Mecanismos internos e externos de estruturação e exercício do poder empresarial no direito societário, fragmentação do controle e os grupos empresariais.....	159
4.1	Breves noções sobre os mecanismos internos de estruturação do poder empresarial no direito societário: controle interno, coligação e influência significativa	160
4.2	Breves noções sobre os mecanismos externos de exercício do poder empresarial no direito societário	171

4.3	Breves noções sobre grupos empresariais e fragmentação do controle	178
4.4	Quadro-resumo dos mecanismos internos e externos de estruturação do exercício do poder empresarial e da fragmentação do controle	190
	Conclusão do Capítulo 4.....	192
CAPÍTULO 5.....		193
5	Proposta de correlação entre os conceitos do direito societário e as hipóteses de partes relacionadas no Decreto nº 8.058/2013 de investigações antidumping	193
5.1	Correlação entre as hipóteses do art. 35, §1º do Decreto nº 8.058/2013 e os conceitos do direito societário	193
5.1.1	Art. 35, §1º, I, do Decreto nº 8.058/2013 e sua correlação com os conceitos do direito societário: “I - um deles controlar direta ou indiretamente o outro”	195
5.1.2	Art. 35, §1º, II do Decreto nº 8.058/2013 e sua correlação com os conceitos do direito societário: “II - ambos serem controlados direta ou indiretamente por um terceiro”	196
5.1.3	Art. 35, §1º, III do Decreto nº 8.058/2013 e sua correlação com os conceitos do direito societário: “III - juntos controlarem direta ou indiretamente um terceiro”	197
5.1.4	Quadro-resumo das correlações entre os conceitos do direito societário e o art. 35, §1º do Decreto nº 8.058/2013	198
5.2	Correlação entre as hipóteses do art. 14 do Decreto nº 8.058/2013 e os conceitos do direito societário	200
5.2.1	Art. 14, §10, I do Decreto nº 8.058/2013 e sua correlação com os conceitos do direito societário: “I - uma delas ocupar cargo de responsabilidade ou de direção em empresa da outra”	202
5.2.2	Art. 14, §10, II do Decreto nº 8.058/2013 e sua correlação com os conceitos do direito societário: “II - forem legalmente reconhecidas como associados em negócios”	203
5.2.3	Art. 14, §10, III do Decreto nº 8.058/2013 e sua correlação com os conceitos do direito societário: “III - forem empregador e empregado”	205
5.2.4	Art. 14, §10, IV do Decreto nº 8.058/2013 e sua correlação com os conceitos do direito societário: “IV - qualquer pessoa, direta ou indiretamente, possuir, controlar ou detiver cinco por cento ou mais das ações ou títulos emitidos com direito a voto de ambas”	206
5.2.5	Art. 14, §10, V do Decreto nº 8.058/2013 e sua correlação com os conceitos do direito societário: “V - uma delas, direta ou indiretamente, controlar a outra, inclusive por intermédio de acordo de acionistas”	210
5.2.6	Art. 14, §10, VI do Decreto nº 8.058/2013 e sua correlação com os conceitos do direito societário: “VI - forem ambas, direta ou indiretamente, controladas por uma terceira pessoa”	211
5.2.7	Art. 14, §10, VII do Decreto nº 8.058/2013 e sua correlação com os conceitos do direito societário: “VII - juntas controlarem direta ou indiretamente uma terceira pessoa”	212

5.2.8	Art. 14, §10, VIII do Decreto nº 8.058/2013 e sua correlação com os conceitos do direito societário: “VIII - forem membros da mesma família”	213
5.2.9	Art. 14, §10, IX do Decreto nº 8.058/2013 e sua correlação com os conceitos do direito societário: “IX - se houver relação de dependência econômica, financeira ou tecnológica com clientes, fornecedores ou financiadores”	215
5.2.10	Quadro-resumo das correlações entre os conceitos do direito societário e o art. 14, §10 do Decreto nº 8.058/2013	218
5.2.11	Quadro-resumo das correlações entre os conceitos do direito societário e os arts. 14, §10, e 35, §1º do Decreto nº 8.058/2013.....	221
	Conclusão do Capítulo 5.....	222
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	223
	REFERÊNCIAS	231
	ANEXOS	239
	ANEXO I INVESTIGAÇÕES ANTIDUMPING ORIGINAIS REGIDAS PELO DECRETO Nº 8.058/2013 (2013/2020)....	241
	ANEXO II IMPACTO DO RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES NA DEFINIÇÃO DE INDÚSTRIA DOMÉSTICA	249
	ANEXO III IMPACTO DO RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES NO VALOR NORMAL	253
	ANEXO IV IMPACTO DO RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES NO PREÇO DE EXPORTAÇÃO	257
	ANEXO V IMPACTO DO RELACIONAMENTO SOBRE A DETERMINAÇÃO FINAL DAS MEDIDAS ANTIDUMPING	261